

A Centelha



JORNAL DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

Donativo Livre

Nº36 • NOVEMBRO/DEZEMBRO • 2023

AVANÇAR PARA AS RUAS CONTRA O ORÇAMENTO DO ESTADO E A EXTREMA-DIREITA



GOVERNO DE ANTÓNIO COSTA CA PARA TENTAR SALVAR A FACE DA

Comité Executivo da Esquerda Revolucionária

A 7 de novembro deu-se uma hecatombe na cúpula do governo de António Costa que levou à sua queda.

O chefe de gabinete do primeiro-ministro António Costa, o seu negociador sombrio de confiança e “melhor amigo” e o presidente da câmara de Sines (PS) foram detidos no âmbito duma investigação de corrupção e tráfico de influências relativamente aos investimentos de capital estrangeiro para a mineração de lítio, produção de hidrogénio verde e armazenamento de dados.

Ainda são arguidos pelas mesmas razões o atual ministro das Infraestruturas (e anterior Secretário de Estado do Ambiente e Energia) e o Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente.

Além disto, o Supremo Tribunal de Justiça anunciou, apesar de não ter revelado os crimes sob suspeita, que está a investigar António Costa também por causa deste caso.

A demissão do Primeiro-Ministro, poucas horas depois destes acontecimentos vieram a lume, a dissolução da Assembleia da República dois dias depois e a convocação de eleições legislativas para o dia 10 de março pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, resultam dum aprofundamento do desgaste da política de António Costa ao serviço do grande capital. No seu cerne esta demissão é consequência da podridão e da decadência do capitalismo.

A demissão de António Costa era inevitável com um escândalo desta dimensão no coração do governo e com o chorrilho de demissões de membros do governo no último ano e meio, maioritariamente, por envolvimento também em casos de corrupção.

Quando o contexto social de inflação e desigualdade tem um pesado impacto nas condições de vida da classe trabalhadora e os salários são uma miséria. É óbvio que cerca de 80.000 € em notas escondidas no gabinete de um dos braços direitos do primeiro-ministro em buscas num caso de corrupção não é apenas lenha para arder o governo, é matéria com potencial explosivo.

Ainda por mais quando a sonegação de estudos de impacto ambiental, todas as manobras para ultrapassar os processos burocráticos de licenciamentos e apoios são desta forma expostas. Enquanto as negociações com os médicos, nomeadamente, para aumentos salariais são arrastadas há meses ou a recuperação integral do tempo de serviço dos professores é adiada há anos.

A este cenário social soma-se o crescimento da luta de classes, refletida tanto nos protestos nas ruas como nas greves em Portugal. E, toda a força e exemplo que a classe trabalhadora internacionalmente demonstra e transmite. Desde as manifestações que têm enchido as ruas em solidariedade com a Palestina, a situação pré-revolucionária em França no início deste ano, as greves no Rei-

no Unido e nos EUA, as crises revolucionárias na América Latina...

A descredibilização das instituições burguesas e a sua “isenção” de interesses

Costa justificou a sua demissão como uma forma de proteger a “dignidade da função de Primeiro-Ministro [que] não é compatível com a suspeição sobre a sua integridade” e Marcelo Rebelo de Sousa elogiou “a elevação do gesto” da sua demissão e o do seu desempenho governativo nos últimos 8 anos.

O objetivo é claro, não aprofundar ainda mais a descredibilização dos órgãos do Estado burguês e limitar ao máximo o impacto na estabilidade política. De forma a não alimentar, por um lado, o descontentamento e a raiva da classe trabalhadora e por outro, a não alimentar a instrumentalização do discurso populista anti-corrupção da extrema-direita.

A “integridade” de António Costa foi para ser o pai e o campeão do “sucesso” português, tão aclamado internacionalmente, da estabilidade política, do crescimento económico, das “contas certas” e do excedente orçamental. A “integridade” de governar para o grande capital permitindo o alcance de lucros históricos, enquanto deixa o SNS num estado calamitoso e a classe trabalhadora empobrece e cai na miséria a olhos vistos.

As principais empresas em Portugal têm batido recordes de lucros. Até setembro, a Galp lucrou +18% face ao período homólogo, notando que o ano de 2022 já tinha tido os melhores resultados em toda a sua história. Já a EDP aumentou os lucros em 83% face ao ano passado. Os 5 principais bancos estão neste ano com um crescimento de 70% em termos homólogos, tudo isto obviamente à custa das prestações da habitação dos trabalhadores que duplicaram ou triplicaram no espaço de um ano. As principais retalhistas também se têm alimentado da inflação para fazer crescer os seus lucros, cerca de 30% no ano passado.

A TED Talk de António Costa para a burguesia, de 11 de Novembro, em São Bento, é o *in a nutshell* do papel que desempenhou e continua a desempenhar mesmo após a sua demissão. Em suma, a função dos governos burgueses é serem comissões de gestão dos negócios da burguesia e não de entidades que têm o dom de, numa sociedade de classes, estarem à margem e para lá desses interesses.

Durante meia-hora António Costa falou para o grande capital, em particular estrangeiro, para que não se assuste com este processo que levou à sua demissão e as suas consequências. Destacamos uma das suas frases:

«Para que Portugal não desperdice oportunidades estratégicas para o seu desenvolvimento, e sobretudo para que futuros governos não percam instrumentos de ação política que são essenciais à atração do inves-

timento, à valorização dos nossos recursos naturais, e ao pleno aproveitamento das infraestruturas de que o país dispõe”.

Já sobre a situação económica da classe trabalhadora, que não lhe merece a mínima preocupação, nem uma única menção.

Ainda conseguiu a proeza de defender a ideia que a corrupção se deve a atos individuais e falhas morais. Será então pura coincidência que seja um padrão da elite política? Claro que não, a corrupção e tráfico de influências são inerentes ao funcionamento do capitalismo.

A estabilidade política e social na corda bamba

Estas eleições são marcadas menos de dois anos após a crise parlamentar do chumbo do Orçamento de Estado de 2022 que pôs fim à Geringonça como a conhecíamos e que deu início à maioria absoluta do PS nas legislativas de janeiro de 2022.

O voto no PS foi um instrumento da classe trabalhadora para afastar a ameaça de um governo da reação. Mas o descontentamento e a frustração com as políticas capitalistas do governo de coligação mantinham-se. O voto no PS foi também uma rejeição da política de traição e paz social da esquerda reformista parlamentar. É isso que a sua brutal quebra eleitoral reflete.

Esta instabilidade dos governos burgueses e a própria crise do parlamentarismo não é singular de Portugal, nem de um único país, é transversal ao mundo inteiro. É inerente ao período histórico de decadência capitalista em que vivemos.

O medo e o potencial de uma explosão social fizeram com que as ações da cúpula do Estado fossem da maior celeridade, e analisadas com pinças todas as soluções possíveis. As decisões tomadas por Marcelo Rebelo de Sousa mantêm o regime burguês em funcionamento e abrem várias possibilidades de soluções de governo para a burguesia.

A AR só será dissolvida em dezembro para permitir a aprovação do OE. Os fundos do PRR vão continuar a fluir para as grandes empresas. As rendas vão aumentar até 7% para o gáudio da pequena-burguesia. As migalhas para a classe trabalhadora foram promulgadas: o aumento do salário mínimo e das pensões e os apoios miseráveis para os sectores mais pobres.

As eleições serão em março para que o PS tenha tempo de se preparar e eleger um novo líder, revelando assim também a falta de confiança da burguesia no PSD e da liderança de Luís Montenegro.

Apesar da crise do governo, sondagens recentes continuam a colocar o PSD atrás do PS nas intenções de voto, abaixo inclusivamente das do ano passado. O PSD tem estado em crise nos últimos anos. Parte do seu espaço político foi ocupado pela viragem à direita do PS. Outra parte foi ocupada pelo Chega, que ganhou a sua base social mais

reacionária com a polarização social. Contudo, um governo da direita em coligação com a extrema-direita é uma possibilidade em aberto. As sondagens indicam mais do que uma duplicação dos votos do Chega.

Do lado do PS o novo líder será Pedro Nuno Santos — ala esquerda — ou José Luís Carneiro — ala direita —, o primeiro a abrir caminho para um novo entendimento com a esquerda e uma possível geringonça 2.0 e o segundo para um acordo do centrão.

A cada dia os dados são cada vez mais nítidos que Pedro Nuno vencerá as eleições internas no PS. Na formalização da sua candidatura encheu a sede do Largo do Rato. Conta com o apoio da Juventude Socialista. Conta com o apoio de 17 das 21 distritais. Conta com o apoio de Francisco Assis, a figura principal da ala direita.

Pedro Nuno está a passar sem espinhas no primeiro teste da burguesia. Fez o feito de unir e conciliar o PS sobre si em poucos dias. Fala diretamente para a classe trabalhadora e sobre as suas maiores dores: os salários, a habitação e os serviços públicos. Ataca de frente a direita e o racismo e xenofobia do Chega.

A ala pedronunista nos últimos anos foi capaz de demonstrar por diversas vezes e afirmar-se perante a esquerda como o principal inimigo do fascismo. Como o fez através da candidatura de Ana Gomes às últimas eleições presidenciais. Recordemos que Ana Gomes fez a oposição mais contundente à extrema-direita e foi a única candidata a fazer bandeira da ilegalização do Chega

Este posicionamento de Pedro Nuno e o medo generalizado entre diferentes camadas da classe trabalhadora da eleição de um governo reacionário que incluía a extrema-direita pode concentrar sobre si o voto generalizado à esquerda e captar também para si a base eleitoral do BE e do PCP.

Contudo, o seu programa político não é novo e não traz alternativa. É puramente social-democrata. O seu quase slogan de ser o neto do sapateiro e o filho do empresário é a síntese do seu propósito, a conciliação de classes. No seu discurso de candidatura deixa-o transparente.

«Não conseguiremos salários dignos desprezando quem trabalha, mas também não o conseguiremos desprezando as empresas e ignorando os seus desafios. Reconhecemos que as empresas são comunidades entre empresários e trabalhadores, e que as relações entre uns e outros são feitas de direitos e de obrigações. É por isso que o PS é a plataforma política que melhor defende e promove o diálogo, a negociação e a concertação entre empresários e trabalhadores.»

Por tudo isto, Pedro Nuno Santos pode ser o trunfo da burguesia. Contudo, caso seja eleito primeiro-ministro estará sob enorme pressão social dos trabalhadores e da juventude. Os mesmos erros da esquerda reformista

PARLAMENTO É DISSOLVIDO DEMOCRACIA BURGUESA

Quando António Costa se demitiu, a resposta do PCP foi pedir “soluções e não eleições” e o BE embora exigindo eleições antecipadas esperava que a investigação decorresse na maior das serenidades e que fosse feita justiça.

Vale a pena perguntar: que soluções espera o PCP deste regime? Alguma vez o atual governo vai expropriar os grandes fundos imobiliários para garantir habitação para todos? E que justiça espera o Bloco? A do Estado de Direito burguês? A mesma que prende trabalhadores pobres por pequenos furtos mas deixa em liberdade violadores, grandes banqueiros e elite política?

No turbilhão desta situação política e social, é isto que as direções do PCP e do BE nos têm para dizer. Nada de muito sério está a acontecer para estes burocratas, nem na sua vida. A sua fixação é com o parlamentarismo e as instituições burguesas.

Basta ler as palavras do ex-dirigente e fundador do BE, Francisco Louçã, quando diz que:

«Em contrapartida, as esquerdas podem lembrar que a ‘geringonça’ foi o remédio que protegeu o país da bolha autoritária que é uma maioria absoluta. É certo, mas isso não fará uma política, pois a história não se repete. O facto de agora ser necessário não a substituição de um Governo de direita, mas antes assegurar a resposta estrutural a problemas criados ou agravados pelo Governo cessante, na política de industrialização, de investimento e de salários ou na organização dos bens comuns da democracia que fazem

o bem-estar do povo, incluindo saúde, habitação, educação e política ambiental, exige agora um programa mais profundo e detalhado do que em qualquer momento do passado. A minha conclusão é que só vencerá a direita uma esquerda que seja mais exigente do que nunca.»

Estes reformistas e burocratas, ao dia de hoje, e após os resultados desastrosos obtidos nas eleições de há 2 anos e depois do caos em que o PS mergulhou a classe trabalhadora e os oprimidos, sonham com voltar ao passado. Sonham ainda com a geringonça ou, quem sabe, com um lugar ministerial num hipotético futuro governo de Pedro Nuno Santos.

O grande programa do reformismo resume-se ao seguinte: mostrar aos capitalistas que os seus interesses estão mais bem garantidos sob o seu governo do que sob um governo de reação.

O que importa agora é a unidade para parar a direita! Mas se os mesmos erros que nos levaram a esta situação se repetirem, os resultados serão muito semelhantes. A paz social permitida pelas direções do BE, PCP e CGTP para encobrir a política capitalista do governo de António Costa só serviu para fortalecer a extrema-direita.

O crescimento da extrema-direita não cai do céu, nem em Portugal, nem nos Estados Unidos, Itália, França ou Alemanha. É o resultado de profundas desigualdades e decomposição social, da crise do parlamentarismo burguês dominado pela crescente polarização, da viragem reacionária

das classes médias que enchem os bolsos com a precariedade laboral, os baixos salários e a infame exploração dos trabalhadores imigrantes. É o resultado da política de colaboração de classes que deixa o movimento operário descalço, que o enfraquece e o desmobiliza, do fracasso de uma esquerda social-democrata, tanto a tradicional quanto a nova.

As eleições de 10 de março serão um novo teste. Obviamente temos que nos mobilizar para barrar a extrema-direita e a reação nestas eleições. Não podemos facilitar o seu avanço em campo algum, inclusive nas urnas. A abstenção fará avançar e dará confiança a estes fascistas. Não é indiferente se governa PSD/Chega ou se governa a esquerda parlamentar. Não podemos dizer que os reacionários e os reformistas são iguais. Portanto, o voto nestas eleições tem de ser muito criticamente na esquerda parlamentar. Este voto não é de forma alguma um voto de confiança, é um voto para golpear os fascistas. A nossa confiança para mudar as nossas vidas e derrubar o fascismo está na força do movimento da classe trabalhadora e da juventude, na sua capacidade de organização e nos seus métodos de luta.

Encher as ruas e construir a esquerda revolucionária

Os trabalhadores, em Portugal, têm demonstrado a sua vontade de lutar com centenas de greves ao longo deste ano. Com destaque nos movimentos grevistas dos professores e mais recentemente dos médicos, com a greve às horas extraordinárias ilegais. O caminho são os protestos nas ruas

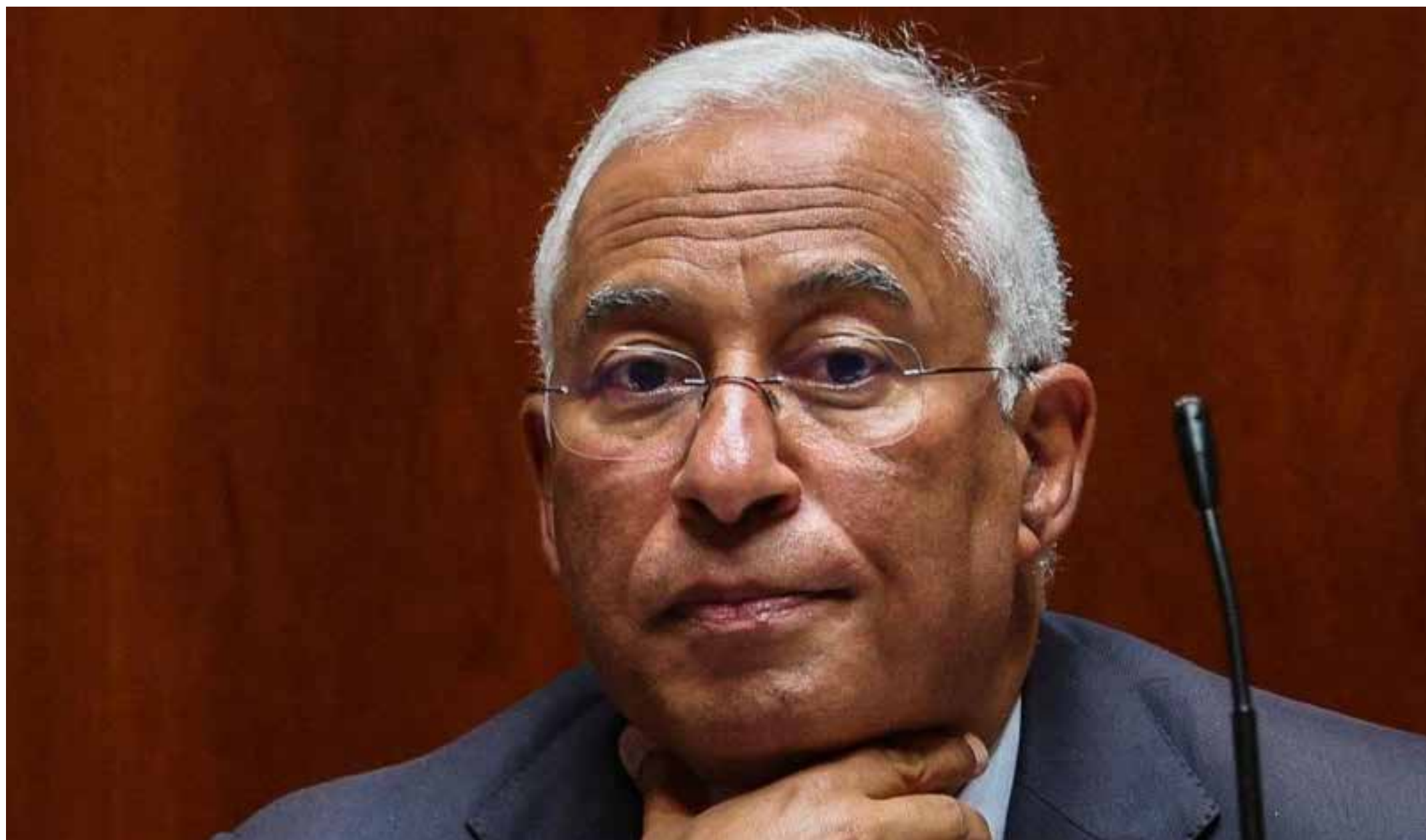
e a greve geral que unifica e intensifica a luta dos trabalhadores. Em vez das greves exclusivamente sectoriais que a direção da CGTP mantém.

Como têm demonstrado sucessivas vezes, para este trajeto não podemos contar com a acção das direções reformistas do BE e do PCP e também do PS.

Não podemos deixar que seja o calendário eleitoral decidido pela burguesia a marcar o nosso passo. Como é que a quem o salário não chega ao fim do mês pode esperar pelas eleições daqui a 4 meses? Este é o momento ideal para intensificar a luta contra os capitalistas e a reação. A luta contra as políticas de miséria e contra a extrema-direita não se vence entre as paredes do parlamento.

A esquerda que precisamos é uma esquerda consequente e revolucionária que lute pelo fim da exploração da classe trabalhadora e não lute pela conciliação da nossa miséria com os lucros dos grandes monopólios capitalistas.

Se queres construir essa esquerda, junta-te a nós!



DESGLOBALIZAÇÃO OU LUTA PELA HEGEMONIA MUNDIAL?

Juan Ignacio Ramos

Secretário-Geral da Izquierda Revolucionaria (Estado espanhol)

“Sob o capitalismo, é inconcebível uma distribuição das esferas de influência, dos interesses, das colónias, etc., que não seja pela força daqueles que nela participam, a força económica, financeira, militar, etc. E a força daqueles que participam na distribuição muda de forma desigual, uma vez que o desenvolvimento harmonioso das diferentes empresas, trusts, ramos industriais e países é impossível sob o capitalismo. Há meio século, a força capitalista da Alemanha era insignificante em comparação com a da Grã-Bretanha (...) Será concebível que em dez ou vinte anos a correlação de forças entre as potências imperialistas permaneça inalterada? É absolutamente inconcebível.”

Imperialismo, fase superior do capitalismo, Lenin

Desconsiderar o avanço colossal das forças produtivas na China nas últimas décadas e a base material que proporcionou ao regime de capitalismo de Estado e à sua burguesia para lançar a sua agenda imperialista é alhear-se da teoria marxista. É negar uma das leis mais marcantes do materialismo histórico: a do desenvolvimento desigual.

O gigante asiático completou, em ritmo acelerado, etapas que levaram décadas a outras nações. Um progresso que não foi apenas quantitativo, mas qualitativo, até se tornar uma potência capaz de desafiar a supremacia dos Estados Unidos em áreas económicas e geoestratégicas decisivas e disputar a governação global com um sucesso crescente. Enquanto Washington se tornou um foco de desestabilização permanente das relações internacionais, Pequim atrai para a sua órbita numerosos países que não há muito tempo se encontravam ao lado da su-

perpotência americana.

Capitalismo de Estado

Podemos apontar três grandes pontos de inflexão no avanço do capitalismo chinês: a Grande Recessão de 2008, a pandemia e a guerra imperialista na Ucrânia.

Enquanto as potências ocidentais se afundavam numa espiral de recessão e estagnação, a China descolou em 2008. Se nesse ano o seu PIB era de 4,5 biliões de dólares, em 2012 subiu para 8 biliões e em 2022 para 17,1 biliões. Em 2000, a formação bruta de capital fixo foi estimada em 400 mil milhões de dólares, mas em 2018 atingiu 5,7 biliões, superando o valor dos EUA.

A contribuição da China para o crescimento económico global foi de 3,1% em 1978, 27,5% em 2018 e 33% em 2021 (fonte da OCDE). Embora em 2022 os EUA ainda fossem a maior economia, com 26,6% do PIB global, de acordo com a JP Morgan Economic Research, a China diminuiu a diferença e atingiu 20,5%. A UE ficou em terceiro (16,8%) e o Japão (5,7%) em quarto.

Como parte da campanha para desacreditar estes avanços, a imprensa ocidental tem ridicularizado há anos as políticas do regime de Xi Jinping e previsto todo o tipo de catástrofes. Em maio de 2022, The Economist escreveu sobre “a loucura do covid zero” que “está a aterrorizar os investidores”. Mas a realidade respondeu a estas previsões e também aos autoprotelados teóricos marxistas que as repetiram. A China sofreu um pequeno número de mortes em comparação com as do Ocidente e manteve um crescimento robusto ao longo deste período.

Na verdade, as exportações chinesas permaneceram dinâmicas durante 2020, e esse

ano lançou as bases para a expansão impressionante de 2021, quando as suas vendas ao exterior cresceram quase 30%. Entre 2020 e 2022, a economia chinesa avançou, cumulativamente, quase nove pontos a mais do que os Estados Unidos. Segundo a Bloomberg Economics, a expansão do PIB chinês nestes cinco anos será de 22,6%, em comparação com 11,3% nos EUA.

Inevitavelmente, um resultado semelhante trouxe maior estabilidade social e política ao regime de Xi Jinping, se o compararmos com a situação de fractura e empobrecimento que vivem as sociedades estado-unidense e europeia. Não é preciso ser um sábio para compreender que o avanço sustentado da produção e das exportações está a gerar um mercado interno mais amplo, e que isso permitiu à classe dominante chinesa fazer concessões salariais muito superiores às de outras economias. Segundo a OIT, entre 2008 e 2022 os salários reais dos trabalhadores chineses quase triplicaram.

Assinalamos estas ideias não para se- meiar ilusões no capitalismo chinês, nem para esconder a exploração implacável a que a classe trabalhadora está sujeita, a ausência de liberdades sindicais e democráticas, ou o carácter imperialista do seu Estado. Fazemo-lo para compreender porque é que a luta entre os EUA e a China atingiu o actual ponto crítico. A batalha pela hegemonia travada pelas duas superpotências é o pano de fundo que explica os conflitos militares e políticos que se estão a desenrolar à frente dos nossos olhos.

Uma dinâmica ascendente

A China está a posicionar-se nos sectores que serão mais cruciais para o modo de produção capitalista nas próximas décadas. Em 2022, as exportações de automóveis chineses atingiram um recorde de 3 milhões de unidades, 54,4% a mais que em 2021. Os números de 2023 são ainda melhores: no primeiro trimestre, as exportações cresceram 58,3% em relação ao ano anterior, tornando-se o maior exportador mundial de automóveis depois de ultrapassar o Japão.

Neste sector, o mercado dos automóveis eléctricos domina completamente, e a indústria e o Estado trabalham em passo acelerado para controlar a produção de baterias e expandir decisivamente a sua autonomia, como anunciou a empresa chinesa Gotion High-Tech com o desenvolvimento de uma bateria que pode viajar 1.000 kms com um único carregamento.

O carro eléctrico não é algo marginal, pelo contrário, é o símbolo da transição produtiva do século XXI, uma vez que apresenta poderosas implicações em todos os seg-

mentos da economia mundial.

Perante esta avalanche de más notícias, a imprensa económica estado-unidense e europeia lançou a tese de que estamos a assistir a um “perigoso processo de desglobalização e fragmentação do mercado mundial”. Mas o que acontece, na realidade, é outra coisa: as enormes dificuldades em romper com uma economia extremamente globalizada e interligada é o que alimenta o conflito entre as potências, e esse conflito aumenta em força e significado à medida que se verifica uma mudança na liderança da globalização.

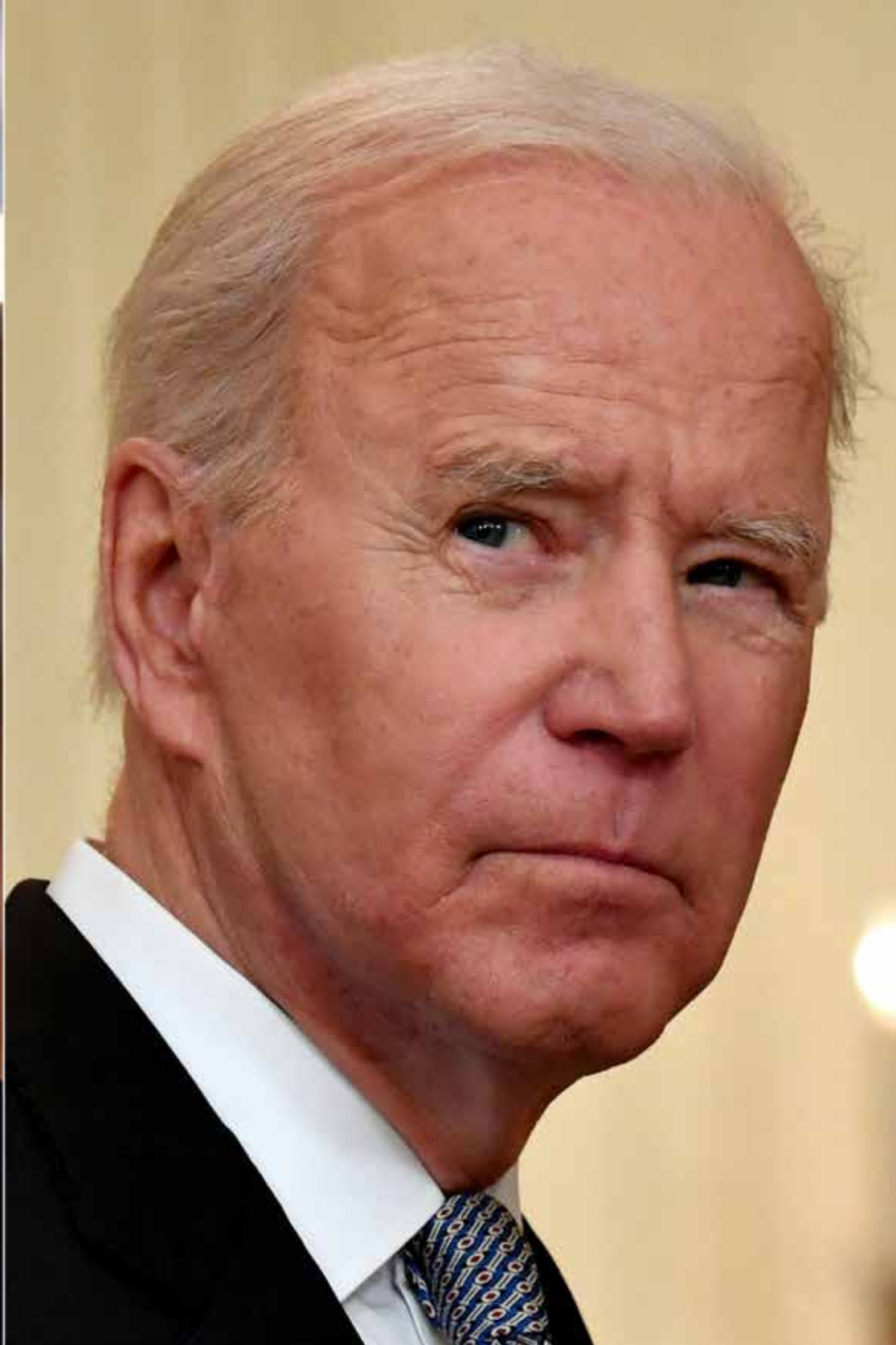
Assistimos novamente, como em outras conjunturas históricas, à crise da economia nacional e a uma batalha feroz entre os grandes blocos imperialistas que se formaram nos últimos dez anos e que só pode ser resolvida na arena internacional através de uma luta até à morte. Em O Imperialismo, Lenine explica esta dinâmica: “O capital financeiro e os trusts não diminuem, mas antes aumentam as diferenças na taxa de crescimento das diferentes partes da economia mundial. E uma vez que a correlação de forças tenha mudado, (...) que outros meios além da guerra podem haver sob o capitalismo para eliminar as diferenças existentes entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital, por um lado, e a distribuição das colónias e das “esferas de influência” entre o capital financeiro, por outro?”.

As cadeias globais de produção e abastecimento estão mais extensas do que nunca, para não falar do capital financeiro. A economia mundial é uma realidade esmagadora, mas a questão é como é que a direcção da mesma aponta agora contra os interesses do imperialismo ocidental. O aspecto central não é o recuo da globalização, mas a mudança de direcção dessa globalização, que passa do eixo anglo-saxónico (e alemão) para o que é liderado pela China. E o mais surpreendente é que, embora esta nova liderança seja prejudicial ao Ocidente, nenhum país pode verdadeiramente desacoplar-se devido às estreitas relações que foram forjadas nas últimas décadas.

Apesar de todas as tentativas de limitar as trocas entre os EUA e a China, das tarifas aprovadas pela Administração Trump ou de uma nova fase da guerra comercial sob Biden, os laços entre as duas economias não enfraqueceram. Por que razão? A resposta é óbvia: é muito difícil desacoplar-se do país que é o primeiro exportador e o segundo importador do mundo.

Um estudo do Banco Santander (setembro de 2023) fornece números concretos: “Considerando todo o ano de 2022, o ex-





cedente comercial da China cresceu 31% anualmente, atingindo 876.910 milhões de dólares, o valor mais elevado desde que começaram os registos em 1950, à medida que as exportações aumentaram 7% e as importações apenas 1%.

Em Novembro de 2020, a China assinou a Parceria Económica Regional Abrangente com 14 outros países do Indo-Pacífico. O acordo mais extenso da história, que abarca 30% da economia mundial. O investimento direto estrangeiro (IDE) aumentou 8% na China em 2022: “A indústria transformadora registou um crescimento no fluxo de IDE de 46,1% em termos anuais (...) o das indústrias de alta tecnologia em 28,3%, em comparação com 2021. Durante este período, o investimento (...) da União Europeia apresentou um aumento acentuado de 92,2% em termos homólogos.”

Estes dados são uma chapada de luva branca na estratégia dos EUA de tentar romper as relações económicas e comerciais entre a Europa e a China. O progresso do gigante asiático é de tal magnitude que depois da pandemia se tornou o principal credor multilateral do mundo, e embora Pequim tenha reduzido as suas participações em títulos estado-unidenses de mais de um bilião para 800 mil milhões de dólares, o essencial é que a interdependência mútua de ambos os países não diminuiu.

Os receios do imperialismo estado-unidense são perfeitamente fundados. De acordo com o Australian Strategic Policy Institute, a China lidera a investigação sobre a tecnologia do futuro. Supera os EUA e o resto dos países na investigação de 37 das 44 tecnologias-chave para a inovação e o

crescimento. Também ultrapassa os EUA em oito campos relacionados com a indústria energética.

Os EUA ainda são líderes em supercomputadores, processadores de última geração e processamento de linguagem natural (necessário para avanços como o ChatGPT), mas a margem é cada vez mais estreita. A China ultrapassou os EUA em patentes anuais pela primeira vez em 2011. Dez anos depois, segundo dados da ONU, já tinha duplicado o número de patentes. Supera os Estados Unidos em densidade robótica, lidera a produção de terras raras e assim condiciona a indústria estado-unidense.

A luta entre a China e os EUA pelo controlo de matérias-primas estratégicas é uma luta até à morte. A batalha pelo domínio do mercado de semicondutores não pressupõe qualquer declínio na globalização, mas antes que o controlo deste mercado será decisivo para a supremacia tecnológica e económica do futuro.

É verdade que a China depende de tecnologia estrangeira, quase toda controlada pelos seus rivais geopolíticos: Taiwan, Japão, Coreia do Sul ou Estados Unidos. Mas o regime de Pequim lançou o plano Made in China 2025 para reduzir as importações de chips de 85% (em 2015) para 30% em 2025.

Os problemas dos EUA com o mercado de microchips também são evidentes. E devem-se à estreita inter-relação desta indústria com a produção que as multinacionais estado-unidenses desenvolvem na China. Jensen Huang, CEO da Nvidia, a empresa estado-unidense de semicondutores mais valiosa do mundo, destacou-o desta forma

ao Financial Times: “as restrições à exportação do Governo Biden deixam a empresa californiana de ‘mãos atadas’, já que não pode comercializar chips num dos principais mercados. ‘Se a China não puder comprar aos Estados Unidos, eles próprios os construirão. Portanto, os EUA têm de ter cuidado. A China é um mercado muito importante para a indústria tecnológica (...) Se nos privarem do mercado chinês (...) Não existe outra China.’”

O capitalismo de Estado chinês também tem os seus problemas, e não são menores. A dívida total da China atinge níveis sem precedentes (295% do PIB). A bolha imobiliária alastra como um derrame de petróleo, levando a falências multimilionárias, sendo o caso mais notável a Evergrande. Sem dúvida, um dos grandes desequilíbrios estruturais é que uma parte muito importante desta atividade imobiliária tem sido financiada com dívidas dos governos locais e municipais — que são abastecidas pelo sistema bancário paralelo, o sector financeiro desregulamentado — e que atinge três biliões de dólares. Parece uma loucura, mas se compararmos com os valores que este sector movimenta nos EUA e na Europa, o Ocidente tem um problema dez vezes maior.

Mas, acima de tudo, a sua dependência das exportações de países que se encontram em situação de recessão e estagnação (Alemanha, EUA, Itália...) acrescenta incerteza. Daí a enorme diversificação dos investimentos chineses e a procura de novos mercados para matérias-primas, produção agroalimentar, mineração, etc. em África, na América Latina e na Ásia.

Pensar que o capitalismo chinês pode su-

perar as contradições inerentes ao processo de acumulação é um absurdo. O que queremos situar é o contexto em que a economia chinesa opera, os seus pontos fortes em comparação com os seus concorrentes e as vantagens qualitativas de que goza o seu regime de capitalismo de Estado, mesmo que temporariamente.

A China ainda não substituiu os EUA como superpotência imperialista dominante, mas a guerra já começou. O imperialismo estado-unidense tem pontos sólidos a seu favor. O dólar é hegemónico: está envolvido em quase 90% das transações e representa quase 60% das reservas cambiais dos bancos centrais (70% em 1999), mas existem planos e acordos comerciais entre a China e muitos países, incluindo alguns ex-aliados relevantes dos EUA, para mudar esta tendência. Ainda é um volume discreto, mas a situação pode acelerar como já aconteceu noutros campos.

Para nos podermos orientar na actual arquitectura da política mundial é essencial compreender a profundidade do desenvolvimento da China como potência. Este é o factor mais relevante, juntamente com o declínio do imperialismo estado-unidense, para compreender os terramotos que estão a abalar as relações internacionais e os seus efeitos na luta de classes em todos os países.

PALESTINA: O CINISMO E HIPOCRISIA DO ESTADO PORTUGUÊS

Francisco d'Oliveira Raposo
Comité Central da Esquerda Revolucionária

As reações estatais aos acontecimentos no Médio Oriente nas últimas semanas não deixam margens para dúvidas: o Estado português e os partidos do sistema alinhado, caninamente, com a classe dominante ocidental no suporte ao regime de *apartheid*, sionista, racista e fascista anti-palestino do Estado de Israel.

Usando cinicamente o “*direito de Israel a defender-se*”, o “*Presidente dos afetos*” tem a lata de interpelar o representante diplomático palestino, dizendo que “*Não deviam ter começado...*”, varrendo de uma penada todo o histórico de abusos e crimes de guerra que os palestinianos sofrem às mãos do Estado de Israel.

Este é o tom com que a classe dominante portuguesa e internacional aborda a atual guerra contra a Palestina.

Ele e o Governo correram a manifestar o seu total e incondicional apoio ao Estado de Israel. Com efeito, as declarações iniciais continuam a marcar o tom oficial na leitura e posição face aos acontecimentos de 7 de Outubro e à resposta desproporcional e criminosa do regime de Telavive. Isto demonstra que o Estado procura manter-se como “bom aluno” dos EUA e da UE.

Já António Costa declarou que Israel “tem direito de defender-se do Hamas, mas respeitando os civis”. Sabe, no entanto, que as suas “boas intenções” esbarram na olímpica indiferença do Estado de Israel, como esbarraram todas as resoluções da ONU e de outros organismos internacionais que pedem a “moderação e respeito pelos civis”.

Marcelo e o Governo omitem que a situação de *facto* na Faixa de Gaza, desde há dezenas de anos, ultrapassa tudo o que a chamada “comunidade internacional” define como “respeito pelos direitos humanos”: cerco económico, bloqueios a alimentos, água, medicamentos, combústíveis, bombardeamentos massivos, incursões de comandos, roubo de terras para colonatos ilegais, ataques de milícias sionistas-fascistas contra os palestinianos na Cisjordânia, etc., etc.. Uma permanente pressão para limpar etnicamente não só a Faixa de Gaza, mas a Cisjordânia, — isto é, todo o povo palestiniano que ainda vive no seu território.

Nada disto é novo e alguns destes métodos têm sido amiúde usados nos últimos 30 anos e o “apego ao direito internacional” do Estado português não passa de palavras ocas e hipocrisia.

Aliás, com a memória seletiva a funcionar, esquecem mesmo que a criação do Estado de Israel foi feita usando métodos de terrorismo individual idênticos aos usados pelo Hamas nas ações de 7 de Outubro. O próprio Hamas é produto de Israel, usado para enfraquecer a Autoridade palestiniana e assim minar os Acordos de Oslo.

Tudo isto reforça a hipocrisia mais gritante que põe na mesma balança a permanente opressão e exploração dos palestinia-

nos nos territórios ocupados e do seu próprio território em que são tratados como cidadãos de segunda.

A atual situação na Faixa de Gaza e, cada vez mais também na Cisjordânia, é uma guerra brutal e desproporcional de um Estado super-armado pelos EUA e o chamado “Ocidente” contra as populações palestinianas. Sujeita desde há cerca de 3 semanas a bombardeamentos massivos, está a sofrer a destruição sistemática de todas as suas estruturas básicas, aumentando diariamente os números de feridos e mortos.

A tal ponto vai a vingança selvática do Estado de Israel que já não se coíbe de bombardear hospitais e infraestruturas da ONU e ONGs no terreno. E qualquer nota que traga a realidade de brutal violação dos direitos humanos e os mais que evidentes crimes de guerra que Israel está a praticar, sofre uma barreira de insultos e silenciamento, ameaças e intimidação.

A tudo isto, Marcelo Rebelo de Sousa e o Governo fazem ouvidos moucos e choram “*lágrimas de crocodilo*”: o governo chamou o Embaixador de Israel ao Ministério dos Negócios Estrangeiros não para condenar veementemente os crimes de guerra que o Estado de Israel está a cometer, mas para manifestar a sua solidariedade com o regime fascista e racista de Netanyahu.

Na verdade, o apoio do Presidente e do Governo ao regime racista e fascista de Israel não é em nome do povo português, mas da Navigator, do Grupo Amorim, da Águas de Portugal, em defesa dos negócios de 3.000 milhões de Euros que fazem com Israel. Acima de tudo, negócios são negócios.

Não em Nosso Nome!

Apesar disso, a solidariedade com o povo palestiniano está viva e cresce.

Internacionalmente, nas principais cidades da Europa, do Médio Oriente, dos EUA, da América Latina, enormes manifestações exigem um cessar-fogo e o fim dos crimes de guerra de Israel. Este processo é acompanhado por um aumento extraordinário de medidas repressivas e censórias, como em França, onde estão proibidas as exibições de bandeiras palestinianas, ou a simples proibição de manifestações pró-palestinianas e cargas policiais contra ativistas, na Alemanha. As “democracias” mostram a sua face.

Desde os primeiros dias desta crise, também em Portugal, várias manifestações saíram às ruas. Contudo, faltam-lhes um programa político que potencie o movimento de solidariedade e o alargue a ponto de forçar o governo a mudar de agulha.

Enquanto isso, os partidos reformistas não ajudam os trabalhadores e juventude a tirar as lições necessárias e a promover uma verdadeira solidariedade com o povo da Palestina.

A estafada e vazia consigna de “Paz Sim, Guerra Não”, coloca acento na moral e omite os problemas políticos que o conflito no Médio Oriente encerra. A exigência do cumprimento dos acordos de Oslo e de Camp David, esbarra com a fraqueza de uma Autoridade Palestiniana colaboracionista com Israel e nada tem que ver com a situação concreta que se vive.

A realidade mostra que não haverá uma Palestina soberana e livre no quadro do capitalismo. Nem o capitalismo israelita, nem o imperialismo estado-unidense estão interessados em reconhecer o Estado palestiniano, nem a burguesia compradora palestiniana quer o fim da completa dependência da Cisjordânia e da Faixa de Gaza do controlo económico de Israel.

Tão pouco os diversos regimes árabes e islâmicos da região querem uma Palestina livre, pois um processo de libertação dessa envergadura irá, certamente, encorajar as massas dos seus próprios países a rebelarem-se contra o obscurantismo, opressão, repressão e exploração dos seus regimes.

O Hamas é o veículo de ação disponível para a resistência face às tropas fascistas-racistas do Estado de Israel. Mas traz em si o obscurantismo e opressão dos regimes teocráticos, ou seja, não é, nem de longe, libertador.

Pelo direito à autodefesa dos palestinianos e um movimento de solidariedade de classe e internacional

Apenas uma resistência de massas, que organize, democraticamente, a autodefesa armada face à barbárie sionista, poderá iniciar uma reviravolta na região. Essa resistência deve apelar à solidariedade dos árabes-israelitas mas também dos trabalhadores e juventude judeus de Israel.

De momento é necessário parar o massacre e isso não se pode fazer apelando à comunidade internacional e à ONU para fazer Israel cumprir, agora, as deliberações que sempre rejeitou.

A Greve Geral Estudantil de Solidariedade com a Palestina convocada pelo Sindicato de Estudantes do Estado espanhol e que juntou 1 milhão de estudantes é um dos caminhos possíveis da solidariedade ativa e da denúncia dos governos que sustentam o Estado de Israel.

Por cá, a participação da CGTP é, sem dúvida, importante, na medida que chama os trabalhadores à solidariedade com os palestinianos. Mas a sua posição tem de ser mais que a postura moral do “Paz Sim!, Guerra Não!”, terá de ter um conteúdo de classe; reivindicar a Paz no abstrato, ou espalhar ilusões na ONU e outras instituições capitalistas, não clarifica as ideias e espalha ilusões.

Esta posição está umbilicalmente ligada à posição do PCP que meramente defende o respeito pelas Resoluções da ONU e os Acordos de Oslo e Camp David, como se este conflito estivesse desligado da profunda luta de classes que atravessa a região, como se os interesses dos trabalhadores e pobres e da juventude palestinianos fossem idênticos aos interesses da burguesia palestiniana compradora e colaboracionista ou dos grupos islâmicos reacionários. Na política externa, como na interna, procura aliados nos “sectores progressistas da burguesia”, mas não oferece nenhum programa para a real libertação social dos palestinianos.

Para pôr fim ao genocídio em Gaza a única ferramenta é a luta internacionalista dos trabalhadores, a sua mobilização e a greve geral. Não há neutralidade possível: ou se está com o povo palestiniano ou se é cúmplice da barbárie sionista. O governo PS tem que romper de imediato todas as relações políticas, económicas e militares com o Estado fascista e sionista de Israel!

Viva a solidariedade internacionalista com o povo palestiniano!

Fora as tropas de ocupação de Netanyahu!

Parar o genocídio sionista em Gaza!





A DIREITA E EXTREMA-DIREITA RECLAMAM O 25 DE NOVEMBRO PARA ATACAR A REVOLUÇÃO PORTUGUESA E A ESQUERDA

João Carreiras
Comité Executivo da Esquerda Revolucionária

No discurso comemorativo da implantação da República deste ano, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas, anunciou a intenção do executivo camarário de celebrar o dia 25 de novembro, data do golpe contra-revolucionário que pôs termo à Revolução Portuguesa de 74-75 e instaurou o regime democrático burguês atualmente vigente no país.

Apesar do voto contra da Assembleia Municipal, tudo indica que Carlos Moedas avançará mesmo com as comemorações oficiais, ignorando ostensivamente a vontade daquele órgão municipal. Mais um cavalo de batalha de uma direita (e extrema-direita) que continua a procurar um ajuste de contas com o período revolucionário, utilizando esta plataforma para fazer avançar a sua ideologia reaccionária.

O fim do período revolucionário

Para a direita portuguesa, o Período Revolucionário em Curso (PREC) continua a ser uma espinha cravada na garganta.

Todos os direitos democráticos, laborais e económicos conquistados naqueles vertiginosos 19 meses de revolução pela classe trabalhadora e camponeses pobres continuam, para os sectores mais reaccionários da sociedade portuguesa, pendentes de ajuste. Não lhes basta destruírem as principais conquistas da revolução: a escola pública e o SNS. É necessário apagar ou deturpar a memória histórica da classe trabalhadora, utilizando esse período como arma de arremesso contra a esquerda, os trabalhadores e, de uma forma mais geral, todos os oprimidos.

Para a direita, o PREC continua a ser uma espinha cravada na garganta. Continuam a exigir um ajuste de contas.

Esta deturpação vira a história completamente do avesso. Aquilo que foi um gol-

pe contra-revolucionário encabeçado pelo PS, os militares do Grupo dos Nove e a direita contra os trabalhadores e a esquerda surge-nos — entre a opinião pública burguesa — como uma resposta militar necessária para impedir uma “ditadura comunista” em Portugal dirigida pelo PCP e pela extrema-esquerda.

Esta fabricação histórica segue aliás uma linha narrativa muito simples e clara: celebrar o dia 25 de abril como um golpe militar que acabou com o “Estado Novo” — para não lhe chamarem fascismo —, seguindo-se ano e meio de “anarquia” e “excessos revolucionários” para terminar então com a reposição da normalidade democrática no 25 de novembro.

Nada disto poderia estar mais longe da verdade. O PREC foi um dos maiores e mais profundos processos revolucionários da segunda metade do séc. XX. A classe trabalhadora e o campesinato assalariado tomaram o controlo económico da sociedade através das comissões de trabalhadores de uma forma tão ampla que levou o jornal inglês *The Times*, o principal órgão do capital financeiro britânico, a anunciar que “O capitalismo está morto” em Portugal.

Mas nenhum período revolucionário pode desenrolar-se indefinidamente. No Verão Quente de 1975, o PS e a direita militar, apoiados pela burguesia imperialista, encabeçam a contra-ofensiva política, social e militar que iria culminar no golpe de 25 de novembro e na derrota da revolução.

De forma resumida, as forças reaccionárias iniciam uma violenta campanha anti-comunista e contra-revolucionária no centro e norte do país, atacando organizações de trabalhadores e partidos de esquerda. A esquerda militar é saneada do Exército e do Conselho da Revolução, sendo substituída por militares de direita e afectos ao PS — dirigidos politicamente pelo Grupo dos No-

ve — e o MFA perde importância. O PS dirige toda esta ampla frente que engloba até à extrema-direita, fazendo propaganda do “Socialismo em Liberdade” contra o perigo de uma ditadura comunista e soviética.

A 19 de setembro é constituído o VI e último Governo Provisório, apoiado precisamente pelo PS e pela direita. A crise revolucionária segue em crescendo com manifestações diárias quer a favor da revolução quer contra a revolução. Formam-se as comissões de soldados. As emissoras de rádio e televisão são ocupadas por militares às ordens do Governo a 29 de setembro. O VI Governo declara-se em “greve” e Otelo é substituído por Vasco Lourenço no Comando da Região Militar de Lisboa a 20 de novembro.

Finalmente na madrugada do dia 25 de novembro, os paraquedistas de Tancos, em resposta às manobras da reacção, ocupam várias bases aéreas. A direita, que preparava o seu golpe há meses, encontrou nisto a oportunidade perfeita para o materializar e triunfa em poucas horas. O PCP contém os seus militantes e as centenas de milhares de trabalhadores que o tinham como referência política e queriam repelir o golpe. Diz-lhes para irem para casa “com confiança no futuro”.

Nos dias seguintes cerca de uma centena de oficiais de esquerda, entre eles Otelo, são saneados e a hierarquia militar é definitivamente restituída. O processo revolucionário foi derrotado e o regime democrático burguês impôs-se, tendo vindo paulatinamente a destruir todos os direitos conquistados durante esse período.

O que significa celebrar o 25 de novembro hoje?

Ao longo das últimas cinco décadas, a burguesia procurou sempre ou diabolizar ou minorizar o PREC. A batalha pela memó-

ria histórica da Revolução Portuguesa nunca cessou por completo, mas tem-se intensificado em anos recentes.

A intenção de Carlos Moedas de celebrar o 25 de novembro agora, mais além de uma iniciativa para lhe granjear notoriedade dentro do próprio PSD, tem de ser enquadrada na viragem à extrema-direita de vários sectores da burguesia e pequena-burguesia e suas organizações. Este tipo de iniciativas ou posicionamentos de confrontação com a esquerda são comuns e habituais entre a extrema-direita de Trump, Bolsonaro, Meloni, etc. e também, claro está, do Chega e IL a nível nacional.

Em anos recentes, a IL tem celebrado o 25 de novembro, recuperando a figura de Jaimes Neves. Também o Chega é sempre pródigo a assinalar a data, não disfarçando o saudosismo por Salazar e pelos tempos do fascismo.

Desfilam com palavras de ordem como “25 de abril sempre, comunismo nunca mais”, num ataque declarado à esquerda e à revolução. Também o Chega é sempre pródigo a assinalar a data, não disfarçando o saudosismo por Salazar e pelos tempos do fascismo.

Lê o artigo completo no nosso site.





ARGENTINA: MILEI ARRASA E GANHA A PRESIDÊNCIA.

COMO PÔDE ISTO ACONTECER E DE QUE POLÍTICA PRECISAMOS PARA COMBATER A EXTREMA-DIREITA?

Declaração da Esquerda Revolucionária Internacional

A eleição de Javier Milei como presidente da Argentina chocou milhões de pessoas em todo o mundo. Milei não é antisistema, nem um “acaso”, é um fascista que se identifica com Vox, Trump e Bolsonaro e que se prepara para levar a cabo uma política ultraneoliberal de privatizações selvagens e ataques à classe trabalhadora e aos direitos democráticos.

Milei não hesita em justificar a ditadura que massacrou dezenas de milhares de ativistas de esquerda na década de 1970. A sua predileção pela violência de extrema-direita, supremacista e racista é inquestionável: depois de apoiar publicamente o genocídio sionista contra o povo palestino, já anunciou que, antes de assumir a presidência, viajará a Telavive para prestar homenagem a Netanyahu.

Este personagem vem com o pacote completo. É um machista confesso, que fez da abolição do direito das mulheres ao aborto um eixo fundamental da sua campanha. E, claro, é um negacionista ferrenho das alterações climáticas, determinado a que a Argentina se torne um paraíso para empresas multinacionais que destroem o meio ambiente.

Tudo isto é Milei, e é por isso que causou tanto impacto que tenha ganhado com o maior apoio alguma vez obtido por um candidato: 14.476.462 votos, 55,69% com 99,3% contados, vencendo em 20 das 23 províncias e superando Sergio Massa, o cabeça de cartaz do peronismo, por 11,38 pontos percentuais e 2.960.323 votos.

Com 11.516.142 votos, 44,31%, Massa, ministro da Economia no governo peronista de Alberto Fernández, obteve um dos piores resultados desta força política. Embora

milhões de trabalhadores peronistas e militantes de esquerda tenham votado nele tapando o nariz para impedir a vitória da extrema-direita, amplos sectores da população não perdoam Massa e responsabilizam-no diretamente pelo desastre económico e social que o país sofre: uma inflação de 142%, 18,6 milhões de pessoas a viver na pobreza e 4 milhões delas na indigência.

Neste contexto de colapso, Milei conseguiu mobilizar massivamente as camadas médias, radicalizadas à direita, e ligar-se aos sectores da juventude e dos trabalhadores muito desmoralizados e frustrados com o governo peronista, apresentando-se como a única alternativa para “sair do caos” e usando cinicamente slogans como “fora todos” ou “fora com a casta”. A campanha de Massa na segunda volta, propondo um governo de unidade nacional com a direita tradicional, apelando aos empresários e ao “voto centrista” e eliminando qualquer referência à esquerda no seu discurso, não fez mais do que facilitar o trabalho de Milei.

Contra a classe trabalhadora

Milei é o candidato da reação mais extrema e da maioria da classe dominante e do capital financeiro que viram nele uma oportunidade de desferir um golpe esmagador na classe trabalhadora. Pensar que ele é um indivíduo que atua sozinho é uma completa estupidez. O programa de Milei, cozinhado há meses nos conselhos de administração de grandes bancos e corporações, representa uma declaração de guerra:

- Redução e abolição dos impostos sobre empresários e latifundiários. Colocar a Argentina na vanguarda da evasão fiscal e transformá-la num paraíso fiscal continental.

- Dolarização da economia, o que significaria uma transferência massiva de riqueza dos rendimentos mais baixos para os

mais elevados e aumentará brutalmente as desigualdades.

- “Encolher o Estado”, privatizando empresas públicas estratégicas, bem como a educação, a saúde, as pensões e os serviços sociais.

- Contrarreforma laboral garantindo os despedimentos livres através da eliminação de várias indemnizações. Atacar o poder dos sindicatos através de leis repressivas que limitem os direitos de greve e manifestação.

- A abolição do direito ao aborto e outras conquistas alcançadas pelo movimento feminista com a sua luta nos últimos anos.

- Legalização do direito ao porte de armas, uma medida para impulsionar o armamento de fascistas.

- Aumentar a legislação repressiva, reforçando o financiamento, o poder e a impunidade do exército e da polícia.

- Cortes drásticos nos direitos dos imigrantes, facilitando a sua deportação e marginalização

Toda a hipocrisia e cinismo sobre “a casta” e o “fora todos” revela-se claramente assim que se sabe que estas medidas serão aplicadas por um Conselho de Ministros que incluirá atuais e antigos funcionários do FMI, diretores de bancos, fundos de investimento e *think tanks* imperialistas, incluindo vários que já ocuparam cargos nos governos neoliberais de Menem ou Macri.

Em suma, tudo puro embuste, como sempre fazem os fascistas, encobrendo com demagogia populista o que não passa de uma forma totalitária de governar a favor da oligarquia financeira.

A ameaça global da extrema-direita

O que vemos na Argentina faz parte de um processo que mostra cada vez mais semelhanças com a década de 1930. É claro que esta não é uma repetição exata, e é claro que há diferenças. A classe trabalhadora é mais numerosa hoje do que então, a memória histórica do que significaram regimes fascistas ou ditaduras militares mobiliza amplos sectores das massas. Mas isso, por si só, não garante nada.

As “loucuras” e delírios de Milei, Trump ou Bolsonaro, que sectores da esquerda reformista e até alguns auto-intitulados marxistas usam como argumento para minimizar o perigo que representam, ou as referências aos seus discursos incendiários ou “antisistema” para defini-los como *outsiders* em vez de caracterizá-los como reacionários de extrema-direita, só servem para mandar areia para os olhos dos ativistas e da população trabalhadora, escondendo a gravidade do que está em jogo.

Para além de todas as diferenças, Hitler e Mussolini partilhavam muitos destes mesmos traços, excentricidades e delírios, e também então muitos acreditavam que eram elementos acidentais e efêmeros, a fim de minimizar o perigo mortal que representavam. “A democracia é forte”, diziam de forma a consolar-se.

A essência da questão hoje é a mesma de então. O empobrecimento e as desigualdades intoleráveis aumentam o descrédito da democracia parlamentar, dos partidos burgueses tradicionais e da esquerda tradicional que sustenta o sistema. É a decomposição social que provoca a polarização política e oscilações cada vez mais acentuadas à direita e à esquerda, a começar pelas classes médias.

Na década de 1930, Leon Trotsky analisou a base objetiva destes acontecimen-

tos: “O declínio dos partidos democráticos é um fenómeno universal que tem as suas razões na decadência do próprio capitalismo (...) Quem apresentará primeiro, de forma mais ampla e mais contundente às classes médias o programa mais convincente e, mais importante, ganhará a sua confiança, mostrando em palavras e atos que é capaz de remover todos os obstáculos no caminho de um futuro melhor: o socialismo revolucionário ou a reação fascista? Sobre esta questão depende a sorte da França por muitos anos. Não só da França, mas da Europa. Não só da Europa, mas de todo o mundo” [Aonde Vai a França?, Leon Trotsky, Fundación F. Engels].

Por que ganhou Milei?

A vitória nas eleições presidenciais de outubro de 2019 da Frente de Todos, uma coligação entre o kirchnerismo, a ala esquerda do peronismo liderada por Cristina Fernández de Kirchner (CFK) e a direita peronista de Alberto Fernández e de Massa, foi recebida com enorme esperança pela classe trabalhadora, que esperava medidas enérgicas contra uma crise que já então a golpeava duramente.

As eleições legislativas de 14 de novembro de 2021 foram uma primeira expressão do crescente mal-estar entre as massas e da polarização. À direita, a figura de Milei surgiu pela primeira vez, entrando no Parlamento com dois deputados e 1.291.999 votos (5%, mas concentrados em Buenos Aires, onde obteve cerca de 20%). O descontentamento das bases peronistas refletiu-se na exigência que Cristina Kirchner confrontasse Fernández e Massa. Mais à esquerda, a principal expressão da esquerda anticapitalista, a Frente de la Izquierda y los Trabajadores-Unidad (FIT-U) obteve um resultado histórico: 1.280.240 votos, igualando Milei em votos e percentagem, mas obtendo 4 deputados contra 2 do La Libertad Avanza.

Dois anos depois, o apoio a Milei disparou até lhe permitir liderar o bloco da direita e alcançar a vitória, mas dentro do peronismo o kirchnerismo permaneceu calado, deixando a luta contra Milei nas mãos de Massa, e à sua esquerda a FIT-U viu o seu apoio reduzido em meio milhão de votos, de 1.240.000 nas eleições legislativas de 2021 para 709.000 na primeira volta presidencial deste mês de outubro.

Como é possível isto quando a crise económica se agrava e o questionamento do sistema está a aumentar? A explicação não está nas massas, que todas as vezes que foram convocadas para a luta responderam, liderando grandes mobilizações como a maré verde feminista ou levantamentos sociais como o de Jujuy, em junho deste ano.

O problema tem sido a política de direita e capitalista do governo peronista, a sua permanente capitulação perante o FMI, a burguesia argentina e o aparelho de Estado. O problema reside na completa subordinação dos sindicatos peronistas a esta estratégia, bloqueando permanentemente qualquer resposta sólida e sustentada dos trabalhadores, recusando-se a convocar uma greve geral para lutar contra os cortes sociais e a inflação galopante, blindando uma paz social que só beneficia o capital. Políticas desmobilizadoras que levaram inúmeras lutas dos trabalhadores a terminar em amargas derrotas.

Estes fatores têm sido determinantes para disseminar a desmoralização social e o desespero coletivo. Os líderes peronistas abriram caminho para a ascensão da extrema-direita, que foi crescendo golpe a golpe, deceção a deceção. E nisso, a chamada esquerda peronista também contribuiu com as suas incoerências e manifestas vacilações.

Cristina Fernández e a esquerda kirchnerista têm agido como o Podemos no Estado espanhol, o BE e o PCP em Portugal ou o PCC no Chile: criticando as políticas mais à direita da social-democracia, mas na hora da verdade recusando-se a enfrentá-las, permanecendo no governo em vez de se mobilizar nas ruas e levantar uma alternativa.

Assim se alimenta intensamente o ceticismo e a frustração das massas, tornando mais fácil para a extrema-direita explorar a sua demagogia populista para chegar aos sectores mais desmoralizados e golpeados de trabalhadores empobrecidos, desempregados e jovens sem expectativas. Também neste aspeto há semelhanças com o apoio social que os fascistas conquistaram no século passado.

Quanto às formações que compõem a FIT-U, apesar da sua dedicação em mobilizar e enfrentar o governo, desperdiçaram oportunidade atrás de oportunidade para conquistar os ouvidos das bases peronis-

tas de esquerda, recusando categoricamente uma política de frente única que lhes permitiria avançar. O doutrinário e o sectarismo são péssimas influências quando se trata de avançar com políticas de unidade de classe contra a extrema-direita.

Como explicámos no nosso balanço da primeira volta: “Denunciar o capitalismo e levantar palavras de ordem corretas, como as nacionalizações, só pode ganhar o apoio das massas se for acompanhado de uma política não sectária de unidade de ação na luta e na prática revolucionária diária, caracterizando e denunciando claramente Milei por aquilo que ele é, um fascista, e apelando à mobilização das massas nas urnas e nas ruas para o derrotar. A FIT não deve ter qualquer problema em promover manifestações, assembleias, ações e comités de autodefesa, apelando às bases da esquerda peronista e kirchnerista para que lutem em conjunto. Isto faz parte da luta por um programa socialista (...). A esquerda revolucionária deve manifestar claramente uma atitude intransigente de luta contra Milei, e não se pode desvincular da frente eleitoral. Apelar ao voto nulo ou à abstenção é dizer que não importa quem ganhe, que Milei é o mesmo que o peronismo. E isso seria um erro gravíssimo, cujo enorme preço seria pago também pela esquerda militante e combativa.”

A FIT-U desperdiçou uma oportunidade de ouro para liderar a luta contra Milei com determinação e coragem e, assim, ligar-se a milhões de trabalhadores peronistas. A sua posição abstencionista nesta segunda volta, e a sua recusa em participar ativamente na mesma, centrada na derrota do candidato de extrema-direita, assemelha-se muito mais às políticas ultraesquerdistas e sectárias do “terceiro período” estalinista, que Trotsky tanto denunciou, do que à tática leninista de uma frente única com as organizações reformistas e social-democratas para combater a reação.

E agora?

A magnitude da vitória eleitoral de Milei e a derrota do peronismo refletem um processo de fundo que vai além de uma simples mudança de governo. A crise do capitalismo argentino é tão profunda que empurra as classes para um confronto frontal.

Alguns sectores da burguesia, temendo as consequências sociais de um confronto prematuro, optaram por um governo de unidade nacional da direita peronista e da direita tradicional e por uma política de ataques e cortes mais graduais, contando com a burocracia sindical para controlar as massas. Mas à medida que a crise do capitalismo argentino se aprofundou e Milei ganhou o apoio das classes médias na campanha eleitoral, os sectores decisivos optaram por lançar uma ofensiva frontal.

Uma derrota eleitoral tão dura como a deste domingo a curto prazo causará um choque em milhões de jovens e trabalhadores. Os próximos meses serão muito difíceis para os oprimidos. Mas a classe trabalhadora argentina não foi esmagada. A luta de classes entrou num período decisivo porque a agenda de Milei não consegue resolver a podridão de que sofre o capitalismo argentino. Muito pelo contrário. Agravará ainda mais a sua crise e decomposição, provocando novos levantamentos sociais.

Nos próximos meses e anos, e no calor destes choques e da experiência que milhões de trabalhadores e jovens sofrerão no pelo, haverá enormes oportunidades para erguer uma alternativa revolucionária com raízes no movimento de massas e tomar o poder para transformar o país segundo linhas socialistas. Esta é a única forma de derrotar Milei e evitar cenários ainda mais terríveis que a história da Argentina já conheceu entre 1976 e 1982.

A saída não é fácil e os obstáculos são muitos. É por isso que precisamos de aprender todas as lições dos erros dos últimos anos e empreender a construção de uma esquerda revolucionária de massas com um programa socialista e uma tática marxista de frente única que reúna todos os oprimidos. Os eventos que estão por vir não deixam margem para indecisões. E os trabalhadores argentinos mostrarão mais uma vez que as suas tradições de luta não são uma memória do passado.



A GREVE DOS MÉDICOS ÀS HORAS EXTRA EXPÕE AS SUAS CONDIÇÕES DEPLORÁVEIS DE TRABALHO

Bruno Penha
Comité Executivo da Esquerda
Revolucionária

Que era o imenso esforço exigido aos médicos através de horas extraordinárias que mantinha as urgências do SNS abertas, já se sabia. Mas a greve dos médicos às horas extraordinárias está a expor a real dimensão do problema. Cerca de metade das 80 urgências espalhadas pelo país estão atualmente desfalcadas, e este número só aumentará à medida que mais médicos atinjam as 150 horas extra obrigatórias por lei e apresentem as declarações de dispensa.

A situação é tão grave que a Direção Executiva do SNS (DE-SNS), de forma a tentar minimizar o impacto, escreveu um plano de reorganização das urgências, que vai atualizar semanalmente. Admite, logo na primeira linha do documento, que o SNS “atravessa um período crítico da existência”, e, mais à frente, que existe uma “elevada dependência histórica” das horas extraordinárias para o funcionamento das urgências. Deixou de ser possível escondê-lo.

Os impactos da greve são mais visíveis nas urgências — onde as horas extra são pedidas muitas vezes em cima de turnos de 12 horas ou mais, um trabalho extenuante física e psicologicamente — mas não se resume aí. Segundo as contas dos sindicatos, 850.000 consultas são anualmente garantidas apenas graças às horas extraordinárias. E nos últimos anos a situação só piorou. Entre 2017 e 2021 o recurso a horas extras no SNS mais que duplicou, de 9,6 milhões para 21,9 milhões, um aumento médio de 3 milhões por ano. A tendência crescente acentuou-se com a pandemia, mas a principal razão continua a ser a sangria de profissionais de saúde do SNS.

O facto do governo não aumentar salários aos profissionais de saúde há mais de uma década — levando a uma perda de poder de compra de 20% — e de não contratar em quantidade suficiente de forma a garantir

condições de trabalho dignas — pelo contrário recorrendo cada vez mais às horas extra — fez com que muitos médicos saíssem do SNS para o privado ou emigrassem. O número de médicos a reformar-se também quebra records todos os anos, aproximando-se perigosamente do número de novos médicos a formarem-se.

Não é de admirar portanto que quando a 24 de julho o Sindicato Independente dos Médicos (SIM - Independente) lançou a greve às horas extraordinárias acima das 150 horas obrigatórias a adesão tenha sido massiva. A Federação Nacional dos Médicos (FNAM - CGTP), sindicato maioritário dos médicos, sentindo-se pressionada pelo SIM, viu-se obrigada a correr atrás do prejuízo e a juntar-se à greve umas semanas depois. Provavelmente foi apanhada de surpresa pelo número de médicos que se juntaram ao movimento, mas já não havia como voltar atrás.

O governo faz-se de idiota e as burocracias sindicais continuam a agir como sempre

Escolhendo ignorar a realidade, o Ministro da Saúde diz que “o funcionamento em rede do SNS tem permitido atender as pessoas”. Milhões de pessoas sem médico de família, listas de espera de anos — e que não param de aumentar — para consultas, cirurgias e exames médicos, mães que não conseguem parir em segurança, mulheres que não têm acesso a aborto seguro, urgências fechadas ou com tempos de espera de várias horas, o que chega a resultar em mortes. É este o tipo de atendimento que defende Pizarro para o SNS!?

Evidentemente, procura a todo o custo esconder a culpa que tem na situação depois de ter arrastado as negociações com os médicos por um ano e meio. Fazendo-se de idiota, desde a demissão de Costa que está a “avaliar as condições” para negociar com os sindicatos. Pretende lavar as mãos e arrastar a situação por mais quatro meses até ao fim do mandato do governo demissionário.

A FNAM e o SIM juntaram-se para apresentar uma proposta conjunta ao governo, um passo importante de união — mas a que foram obrigados por pressão das bases. A proposta, de apenas 3 pontos, é no entanto claramente insuficiente e muito recuada. Não avança para o fim da obrigatoriedade das 150 horas extra, para a contratação dos milhares de médicos necessários ou de um aumento do investimento no SNS. Para além disso, continuam a convocar greves isoladamente, decididas de cima para baixo e de apenas um ou dois dias.

O Sindicato Nacional dos Enfermeiros (SNE - Independente) e o Sindicato Democrático dos Enfermeiros de Portugal (Sindepor - UGT) também começaram campanhas às horas extraordinárias, o primeiro até 25 de novembro e o segundo até ao final do ano. Tal como aconteceu com a FNAM, o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP - CGTP) será pressionado a juntar-se.

O que todas estas direções sindicais tinham de fazer — especialmente partindo das da CGTP, que são as maioritárias — era juntar-se para organizar plenários conjuntos dos profissionais da saúde em cada lugar de trabalho para construir uma enorme greve geral da saúde que obrigasse o governo a levá-los a sério. Pelo contrário, estão mais preocupados em garantir os seus lugarzinhos face aos outros sindicatos do que em defender de facto o SNS. Isso é também claro quando procuram em Marcelo, na DE-SNS e até na União Europeia algum tipo de apoio, quando quem tem o poder de e interesse em resolver a situação são os profissionais da saúde e toda a classe trabalhadora.

Não é de somenos importância que os sindicatos da CGTP andem a reboque de sindicatos mais pequenos em vez de serem eles a estarem na linha da frente das lutas. As suas direções burocráticas habituaram-se a décadas de concertação social, de greves de calendário e de desconfiança para com a classe trabalhadora. Recusam-se a atuar perante uma situação explosiva, avançando apenas quando obrigadas pela pressão das

bases mais avançadas e de outros sindicatos. A longo prazo esta estratégia traz, por um lado, desgaste das direções e desmoralização de parte das bases, mas por outro uma oportunidade de construção de organizações mais combativas.

Para salvar o SNS, avançar para a greve geral da saúde!

São estas bases mais radicalizadas, constituídas em boa parte por jovens precarizados, que têm de ultrapassar a inação das direções e começar a construir comités de greve em cada hospital, centro de saúde, e restantes locais de trabalho, capazes de se coordenar para construir uma greve geral da saúde. Foi deste modo que os colegas da educação pública ultrapassaram os bloqueios das burocracias sindicais e trouxeram centenas de milhares de pessoas para as ruas em várias ocasiões.

Uma e outra vez médicos, enfermeiros e todos os profissionais da saúde mostraram estar dispostos a aumentar o nível de luta para salvar o SNS e garantir condições de trabalho dignas para todos eles, e de atendimento para os utentes. Para tal é imprescindível a sua união numa greve geral da saúde, construída a partir de baixo pelos comités, e avançando com um programa socialista.

Os míseros 3 pontos do acordo dos sindicatos dos médicos não vai salvar o SNS. Para tal, será preciso chocar com os interesses capitalistas: exigir a nacionalização sem indemnização dos privados da saúde, a contratação coletiva de todos os profissionais de saúde necessários, com condições e salários dignos e a nacionalização de toda a banca de forma a garantir os recursos para a execução destas medidas. Foi pondo em cheque estes interesses que a classe trabalhadora construiu o SNS há quase 50 anos, e só voltando a fazê-lo agora o poderá salvar.



REITORES CHAMAM A POLÍCIA PARA DESMANTELAR VIOLENTAMENTE AS OCUPAÇÕES PELO CLIMA E PRENDER ESTUDANTES!

Miguel Askatasunera
Sindicato de Estudantes

Na manhã de 13 de novembro, foi posta em marcha uma nova onda de ação climática estudantil, no contexto do movimento Fim ao Fóssil, visando parar as aulas e ocupar escolas e faculdades por todo o país. Destacaram-se, entre estas ações, a ocupação da FCSH, da FPUL e da FBAUL, embora ações tenham sido levadas a cabo em várias outras faculdades e escolas secundárias nesse dia.

Durante estas ocupações, os estudantes têm mantido assembleias para debater de forma democrática como proceder, deram palestras sobre justiça climática, o papel do capitalismo na degradação ambiental e de solidariedade com a Palestina.

Logo ao fim do primeiro dia de ocupação, forças policiais entraram na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), a pedido da direção, para expulsar os estudantes em ocupação. Seis estudantes foram detidos pela polícia nesse processo. Não cedendo à repressão, os estudantes regressaram na noite seguinte, para montar de novo a sua ocupação da faculdade, contra os protestos da direção.

A 15 de novembro, a ameaça repressiva, encabeçada pela intervenção policial, continuou a escalar. Na FCSH, a direção ameaçou chamar a polícia contra os estudantes simplesmente por colocarem faixas dentro do campus, começando a sistematicamente remover quaisquer sinais de protesto estudantil das suas paredes, acabando por fechar os portões antes da hora, não deixando ninguém entrar, isolando os estudantes e deixando-os à mercê da violência policial.

Também a pedido da direção, a polícia entrou na Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, acabando por deter 3 estudantes no decorrer de uma palestra sobre desobediência civil, uma das quais detida apenas por estar a assistir. Segundo o diretor, o problema é que estavam a falar de “coisas políticas”. A polícia entrou também na Faculdade de Belas Artes de Lisboa, para deter todos os estudantes presentes no recinto enquanto preparavam uma ocupação. No fim, no entanto, a direção voltou atrás, face ao número de estudantes envolvidos e à solidariedade presente noutras faculdades, acabando a ocupação por ser levada em frente.

Dia 16 de novembro, enquanto os estudantes de Lisboa se encontraram na FCSH em solidariedade para com os seus colegas detidos e em protesto contra as atitudes repressivas das direções, um grupo de militantes do Chega entrou na faculdade, distribuindo propaganda contra a ocupação e negacionista das alterações climáticas, enquanto provocavam os estudantes em protesto. Esses agentes provocadores foram, face à força implacável da juventude em luta, expulsos da faculdade, para poderem ir chorar para os meios de comunicação social, que prontamente vieram defender o seu direito de expressão livre, apesar de, ao longo destes dias, não terem dito uma palavra em defesa dos estudantes detidos e reprimidos pela polícia.

Dia 18 de novembro, a repressão policial continuou, com 7 estudantes detidas na ocupação da reitoria da Universidade de Lisboa.

Enquanto escrevemos estas linhas, o movimento estudantil mantém-se em luta acérrima, prometendo manter acesa a centelha dos seus protestos e das suas ocupações. Por sua vez, as forças de repressão também se mantêm cada vez mais virulentas na sua ação, com patrulhas policiais percorrendo agora os campus, e com as direções a mostrarem-se cada vez mais agressivas com qualquer sinal de manifestação estudantil.

A atitude repressiva destas direções universitárias é escandalosa e remanescente dos tempos do fascismo. O precedente aqui aberto, de que a polícia deve servir como braço armado das direções na repressão do movimento estudantil, é extremamente perigoso e não pode ser tolerado. A polícia tem de ser expulsa das faculdades, assim como os agentes provocadores da extrema-direita, na sua missão de defender o capital da revolta estudantil.

O silêncio dos “representantes” dos estudantes

Igualmente escandalosa é a posição ambivalente e covarde das direções estudantis, em particular as das associações de estudantes, que apenas timidamente fazem frente às direções universitárias, protestando a baixa voz o seu uso repressivo da polícia, mas que protestam vigorosamente contra os meios de revolta estudantil, dizendo “não se rever” nesses métodos de luta, e indo para as as-

sembleias estudantis acusar de divisionistas quem muito corretamente critica a sua postura de neutralidade face a estes eventos.

Que confiança pode ter a juventude em direções, ditas progressistas, que, face à destruição climática por parte do capitalismo, face ao massacre imperialista no Médio Oriente, e face à revolta estudantil contra estes horrores, responde apelando à paz social e a uma linha retórica em nada mais radical do que a encontrada nos discursos da ONU e dos governos europeus?

Que confiança se pode ter numa Associação de Estudantes que, face à violência policial, culpa as suas vítimas, acusando-as de “destruição de património” e de perturbar o “bom funcionamento da faculdade”? Nenhuma confiança, é essa a resposta.

O movimento estudantil que hoje existe nas faculdades e nas escolas secundárias está muito à frente do que qualquer associação estudantil que afirma representá-los.

O escalar da repressão policial é também um sinal de que o Estado burguês se está a sentir ameaçado pela força destes protestos. A combatividade e solidariedade que os estudantes têm vindo a demonstrar são formidáveis, assim como o são os seus sentidos de auto-organização democrática, levando a cabo assembleias para discutir as direções a tomar.

As ocupações e protestos anteriores pelo clima mostraram a necessidade de alargar este movimento ao maior número de estudantes, professores e demais trabalhadores. Com o aumento da repressão esta necessidade torna-se ainda maior. É preciso organizar a autodefesa contra a extrema-direita e a polícia.

Enfrentamos uma situação que exige que se dê o próximo passo em frente na luta - é preciso federar-se. É preciso construir-se a organização de luta revolucionária estudantil, presente todos os momentos em todas as escolas e faculdades, e a participar em todas as lutas. O movimento estudantil revela a sua vitalidade e combatividade na luta contra a repressão capitalista. A federação destas suas lutas num único organismo, capaz de as levantar ainda mais, seria



um instrumento imprescindível na batalha contra o capital.

Como Sindicato de Estudantes, apelamos à construção dessa organização, e convidamos todos os estudantes revolucionários, que corajosamente têm levado a cabo a luta contra a destruição climática e contra a agressão imperialista, a se juntarem a nós, e a participarem nesta construção.

Junta-te ao Sindicato de Estudantes! Unidos venceremos a repressão!

Toda a solidariedade com os nossos colegas detidos! Não quebrarão o espírito de revolta e solidariedade estudantil!

TRANSFOBIA E MACHISMO SÃO DUAS FACES DA MESMA OPRESSÃO CAPITALISTA.

Livres e Combativas

Marina Machete foi a primeira mulher trans a participar e a vencer o concurso de Miss Portugal, este ano. Logo de seguida, vários comentadores como Joana Amaral Dias e Miguel Sousa Tavares vieram demonstrar mais uma vez, apesar de não termos quaisquer dúvidas, de que lado da barricada estão.

Na rubrica de Miguel Sousa Tavares com o jornalista José Alberto Carvalho, o mesmo afirma que quem ganhou o concurso foi “uma operação, ou várias, de cirurgia plástica mais medicina molecular”. Em tom jocoso, ambos ainda afirmaram que não se casariam com Mariana. Esta afirmação reaccionária, para além de transfóbica, olha para a mulher como um objeto cuja finalidade é agradar ao homem e reproduzir o ideal da família burguesa.

Fingindo ainda alguma preocupação com a exploração e a opressão das mulheres, Mi-

guel Sousa Tavares, utiliza o movimento feminista como arma de arremesso transfóbica afirmando que as “feministas” não protestaram contra a possibilidade da participação de mulheres trans no concurso. É importante desmontar estes ataques, personalizados na Mariana, mas que na realidade são contra todas as pessoas Trans e contra o movimento feminista e LGBTI+.

A preocupação do Miguel Sousa Tavares não é a violência quotidiana que sofrem as mulheres cis, mas sim a manutenção deste status quo que não nos permite viver sem constrangimentos. O que têm a dizer sobre os feminicídios? Sobre o constante aumento dos números de mulheres violentadas por parceiros? Sobre a precariedade a que somos subjugadas? Sobre os constantes ataques ao nosso direito de decidir sobre os nossos próprios corpos?

Enquanto feministas e pessoas LGBTI+ a nossa existência é um risco para a manutenção deste sistema. E a direita e a extrema-direita usam todas as suas ferramentas

para nos atacar e empurrar-nos para dentro do armário, tentando criar divisões. Recusamos que reaccionários utilizem a luta feminista para atacar a comunidade trans!

A defesa dos direitos das mulheres cis inclui a luta pela defesa dos direitos das pessoas trans e não-binárias. Apesar da violência diária que sofremos ter as suas especificidades, a sua base é a mesma. É este sistema podre que a cada dia que passa nos empurra mais para a pobreza, precariedade, violência machista e lgbtfóbica. Este sistema, e os seus capatazes, são o nosso real inimigo! A luta para derrubar o capitalismo e todas as suas formas de opressão e exploração será feita lado a lado com todas as mulheres e pessoas não-binárias.

É por todas as mulheres e pessoas LGBTI+ violentadas e assassinadas pela violência machista e lgbtfóbica, que saímos às ruas no dia 25 de novembro. Protestamos contra a inflação

e a precariedade, contra a extrema-direita e as suas ideias reaccionárias e pelo direito aos nossos corpos e à nossa identidade!

É necessário combater qualquer tendência transfóbica no movimento feminista, sindicatos e organizações de trabalhadores. A nossa organização é a única forma de derrotar todos estes parasitas reaccionários.

Junta-te às Livres e Combativas!

Por um feminismo revolucionário, anticapitalista e inclusivo!



**ESQUERDA
REVOLUCIONÁRIA**

Junta-te à **ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA** e constrói connosco as forças do marxismo internacional!

www.esquerdarevolucionaria.net • geral@esquerdarevolucionaria.net

[f @esquerdarevolucionaria.centelha](https://www.facebook.com/esquerdarevolucionaria.centelha) [@EsqRevPT](https://www.instagram.com/EsqRevPT) [@esqrevpt](https://www.instagram.com/esqrevpt)

